



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90033/2026

EDITAL Nº 37/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 681/2026

CÓDIGO UASG: 987103

AMPLA PARTICIPAÇÃO

O Município de São Manuel/SP, torna pública a quem possa interessar, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, visando a obtenção de propostas para o objeto licitado, consoante especificações constantes dos Anexos, que passam a fazer parte do presente edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 2021, Decreto Federal nº 11462 de 2023, Lei Municipal nº 4730, de 8 de abril de 2025 e Decreto Municipal nº 4139 de 2024 e demais dispositivos legais aplicáveis bem como pelas condições específicas deste edital e dos demais documentos que o integram.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 02/04/2026 ÀS 08H00M

LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço

MODO DE DISPUTA: aberto

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.

DÚVIDAS EM RELAÇÃO À OPERAÇÃO DO SISTEMA: consultar o sítio www.gov.br/compras/pt-br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para possíveis contratações de empresas especializadas para prestação de serviços mecânicos com serviço de solda, elétricos de manutenção preventiva e corretiva nos veículos automotores leves, vans, pesados, maquinários e implementos agrícolas da frota do Município de São Manuel – SP, com o fornecimento de peças automotivas originais e/ou genuínas, ferramentas e todos os equipamentos necessários para execução dos serviços, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante participar de quais lotes forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)



2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.4.4. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.4.5. Será concedido tratamento diferenciado e prioridade de contratação a Microempreendedores Individuais - MEI, Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, Produtor Rural Pessoa Física, Agricultor Familiar e às Sociedades Cooperativas, sediadas local ou regionalmente, conforme definidos neste Edital, até o limite de 10% (dez por cento) superior ao melhor preço válido, desde que este seja menor ou igual ao valor de referência indicado no Anexo I, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 4730, de 8 de abril de 2025.

2.4.5.1. Este benefício não impede a participação de empresas sediadas em outras localidades.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista



ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2. e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica



que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do lote;

4.1.2. Marca/Modelo/Fabricante;

4.1.3. Quantidade cotada;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8. **Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras/pt-br) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.**



5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.9. Serão aceitas 2 (duas) casas decimais nos lances ofertados.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.
- 5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.18.2.2. empresas brasileiras;
- 5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).



5.19. Encerrada a etapa de disputa, e iniciada a etapa de julgamento das propostas, será verificada pelo Agente de Contratação a aplicabilidade do benefício da regionalidade nos moldes do Art. 3º da Lei Municipal n. 4730/2025, da seguinte forma:

5.19.1. Será concedida prioridade de contratação à Microempreendedores Individuais - MEI, Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, Produtor Rural Pessoa Física, Agricultor Familiar e às Sociedades Cooperativas, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) superior ao melhor preço válido, desde que este seja menor ou igual ao valor de referência indicado no Anexo I.

5.19.2. Entende-se como âmbito local ou regional, sucessivamente:

5.19.2.1. Âmbito local: Município de São Manuel/SP;

5.19.2.2. Âmbito regional: Municípios limítrofes de São Manuel: Barra Bonita, Igaraçu do Tietê, Mineiros do Tietê, Dois Córregos, Botucatu, Pratânia, Areiópolis e Lençóis Paulista;

5.19.2.3. Microrregião de São Manuel;

5.19.2.4. Municípios que integram o Consórcio Multifinalitário Pólo Cuesta: Anhembi, Avaré, Bofete, Botucatu, Itatinga, Pardinho, Pratânia e São Manuel;

5.19.2.5. Estado de São Paulo.

5.19.3. Quando não acudirem interessados enquadrados na forma do item 5.19.1, o benefício da regionalidade será estendido aos demais tipos de empresas, obedecida a ordem do item 5.19.2.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de item ou qualquer outro motivo.

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada (Anexo II) ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

6.1.5. Listas de Inidôneos, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.4.4 e 3.5 deste edital.



6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes documentos:

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.2. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.

7.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



7.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5764/1971;

7.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

7.3.6. Prova de Regularidade de Obrigações Trabalhistas, de acordo com a Lei 12.440/11 e resolução administrativa TST 1470/11

7.3.7. Certidão Municipal referente aos tributos mobiliários (ISS e taxa de funcionamento), do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.8. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Os proponentes deverão apresentar a declaração assinada por representante legal do licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito), e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

7.3.9. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.



7.3.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 3 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

7.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.6.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).



7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo informado pelo agente de contratação/ pregoeiro no chat da sessão pública, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 90 dias.

7.19. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.20. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.21. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante deverá abrir o e-mail recebido e acessar o link constante no mesmo e seguir o passo a passo.

8.1.2. O e-mail do licitante para a convocação do item 8.1 será o informado no item 10 da declaração geral preenchida pelo licitante. É de inteira responsabilidade do licitante o preenchimento correto das informações solicitadas, não podendo alegar ausência de recebimento do e-mail ou divergência do mesmo para a sua convocação.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

8.4. Será formalizada uma Ata de Registro de Preços Única para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar, primeiramente os licitantes do cadastro reserva e, na ausência destes, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação.



9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.



10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. As respostas aos pedidos de impugnação ou esclarecimentos serão divulgadas no sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados de forma eletrônica, através do e-mail: pregao@saomanuel.sp.gov.br.

11.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.saomanuel.sp.gov.br/portal/editais/1>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 12.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial
- 12.11.3. ANEXO III – Declaração Geral
- 12.11.4. ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro

São Manuel, 18 de março de 2026

Odirlei José Felix

Prefeito Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

1.1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para possíveis contratações de empresas especializadas para prestação de serviços mecânicos com serviço de solda, elétricos de manutenção preventiva e corretiva nos veículos automotores leves, vans, pesados, maquinários e implementos agrícolas da frota do Município de São Manuel – SP, com o fornecimento de peças automotivas originais e/ou genuínas, ferramentas e todos os equipamentos necessários para execução dos serviços de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Os serviços de manutenção a serem executados pelas Contratadas nos veículos da frota objeto de cada contratação classificam-se em manutenção elétrica, mecânica em geral com serviço de solda, serviços de usinagem, câmbio, diferencial, freios, arrefecimento, escape, substituição e instalação de peças e acessórios, não se compreendendo os serviços de borracharia, alinhamento e balanceamento que não estão previstas neste Termo de Referência e no Edital.

1.1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência.

| LOTE 01 - MANUTENÇÃO MECÂNICA - VEÍCULOS LEVES E VANS | | | | |
|---|------------|-------------------------|--|------------------------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 1050 | HORAS | MANUTENÇÃO MECANICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA LEVE, VANS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | R\$ 237,85 |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU G E N U Í N A S – VEICULOS LEVES, V A N S E MOTOCICLETAS (MECANICA) | R\$ 528.750,00 |
| 03 | 360 | HORAS | MANUTENÇÃO/SOLDA EM VEICULOS DA FROTA | R\$ 184,33 |



| | | | | |
|---|--|--|---|--|
| | | | MUNICIPAL/ LEVES/ PESADOS/ MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS | |
| PARA O LOTE 01, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 528.750,00 | | | | |

| LOTE 02 - MANUTENÇÃO ELÉTRICA - VEICULOS LEVES E VANS | | | | |
|---|------------|-------------------------|---|------------------------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 679,15 | HORAS | MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA LEVES, VANS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | R\$ 238,33 |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS LEVES, VANS E MOTOCICLETAS (ELÉTRICA) | R\$ 228.055,00 |
| PARA O LOTE 02, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 228.055,00 | | | | |

| LOTE 03 - MECÂNICA VEICULOS PESADOS /CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS | | | | |
|---|------------|-------------------------|--|------------------------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 510 | HORAS | MANUTENÇÃO MECANICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA PESADA / CAMINHÕES DA | R\$ 203,50 |



| | | | | |
|--|-----|-------|--|----------------|
| | | | FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS PESADOS – CAMINHÕES (MECANICA) | R\$ 292.569,00 |
| 03 | 500 | HORAS | Manutenção mecânica em geral em veículos linha pesados /ônibus e micro - ônibus da frota municipal, com aplicação de peças MARCAS/ CONFORME EDITAL | R\$ 194,51 |
| 04 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS PESADOS – ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS (MECANICA) | R\$ 142.820,00 |
| 05 | 100 | HORAS | MANUTENÇÃO/SOLDA EM VEICULOS LINHA PESADOS /CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS | R\$ 184,33 |
| PARA O LOTE 03, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 435.389,00 | | | | |

| LOTE 04 - MANUTENÇÃO ELÉTRICA VEICULOS PESADOS /CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS | | | | |
|--|------------|-------------------------|--|------------------------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 840 | HORAS | MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA PESADA / CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL - COM | R\$ 173,41 |



| | | | APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | |
|---|-----|-------|---|----------------|
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS PESADOS – CAMINHÕES (MECANICA) | R\$ 181.500,00 |
| 03 | 420 | HORAS | Manutenção elétrica em geral em veículos linha pesados /ônibus e micro - ônibus da frota municipal, com aplicação de peças MARCAS/ CONFORME EDITAL | R\$ 168,89 |
| 04 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS PESADOS – ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS (ELÉTRICA) | R\$ 267.207,50 |
| PARA O LOTE 04, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 448.707,50 | | | | |

| LOTE 05 - MANUTENÇÃO MECÂNICA MAQUINAS/TRATORES | | | | |
|--|-------------------|------------------------------------|---|---|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 927 | HORAS | MANUTENÇÃO MECANICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA MAQUINAS /TRATORES DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | R\$ 257,08 |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUÍNAS – MÁQUINAS /TRATORES (MECANICA) | R\$ 278.003,50 |



| | | | | |
|--|----|-------|---|------------|
| 03 | 80 | HORAS | MANUTENÇÃO /SOLDA EM VEICULOS LINHA P E S A D O S /MAQUINAS/ TRATORES DA F R O T A MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS | R\$ 184,33 |
| PARA O LOTE 05, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 278.003,50 | | | | |

| LOTE 06 - MANUTENÇÃO MECÂNICA MAQUINAS/TRATORES | | | | |
|--|------------|-------------------------|--|------------------------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 535 | HORAS | MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA MÁQUINAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | R\$ 181,04 |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUÍNAS – VEICULOS LINHA MÁQUINAS E TRATORES (ELÉTRICA) | R\$ 204.895,00 |
| PARA O LOTE 06, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 204.895,00 | | | | |

| LOTE 07 - MANUTENÇÃO MECANICA IMPLEMENTOS AGRICOLAS | | | | |
|---|------------|-------------------------|--|------------------------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 280 | HORAS | MANUTENÇÃO MECANICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA | R\$ 167,54 |



| | | | | |
|---|-----|------|--|---------------|
| | | | IMPLEMENTOS AGRICOLAS DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | |
| 02 | 1 | HORA | PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUÍNAS – IMPLEMENTOS AGRICOLAS (MECANICA) | R\$ 50.000,00 |
| 03 | 100 | HORA | MANUTENÇÃO /SOLDA EM VEICULOS L I N H A IMPLEMENTOS AGRICOLAS TRATORES DA F R O T A MUNICIPAL - C O M APLICAÇÃO DE PEÇAS | R\$ 184,33 |
| PARA O LOTE 07, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 50.000,00 | | | | |

| LOTE 08 - RETÍFICA DE MOTORES EM VEÍCULOS LEVES | | | | |
|---|------------|-------------------------|---|------------------------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 646 | HORAS | SERVIÇO DE RETIFICA DE MOTORES /USINAGEM/ RETIFICA DE CABEÇOTE /VIRABREQUIM /EMBUCHAMENTO, E OUTROS SERVIÇOS COMPETENTES / VEICULOS DA LINHA LEVE /VANS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | R\$ 340,33 |
| 02 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS - VEICULOS LEVES E VANS – FROTA | R\$ 325.468,76 |



| | | | | |
|--|--|--|---------------------------------|--|
| | | | MUNICIPAL (RETIFICA DE MOTORES) | |
| PARA O LOTE 08, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 325.468,76 | | | | |

| LOTE 09 - RETIFICA DE MOTORES EM VEICULOS PESADOS / CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS | | | | |
|--|------------|-------------------------|---|------------------------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 140 | HORAS | SERVIÇO DE RETIFICA DE MOTORES /USINAGEM/ RETIFICA DE CABEÇOTE /VIRABREQUIM /EMBUCHAMENTO, E OUTROS SERVIÇOS COMPETENTES / VEICULOS DA LINHA PESADA \ CAMINHÕES - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | R\$ 662,66 |
| 02 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS - LINHA PESADA \ CAMINHÕES – FROTA MUNICIPAL (RETIFICA DE MOTORES) | R\$ 81.500,00 |
| 03 | 220 | HORAS | SERVIÇO DE RETIFICA DE MOTORES /USINAGEM/ RETIFICA DE CABEÇOTE /VIRABREQUIM /EMBUCHAMENTO, E OUTROS SERVIÇOS COMPETENTES / VEICULOS DA LINHA PESADA \ ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | R\$ 662,66 |



| | | | | |
|---|----------|-------------|---|----------------|
| 04 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS - LINHA PESADA \ ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS – FROTA MUNICIPAL (RETIFICA DE MOTORES) | R\$ 189.954,50 |
| PARA O LOTE 09, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 271.454,50 | | | | |

| LOTE 10 - MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO – VEÍCULOS LEVES | | | | |
|---|-------------------|--------------------------------|--|-------------------------------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
| 01 | 327 | HORAS | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO – VEÍCULOS LEVES/VANS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | R\$ 316,66 |
| 02 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUINAS -- VEICULOS DA LINHA LEVE /VANS – FROTA MUNICIPAL (MANUT. AR CONDICIONADO | R\$ 313.485,63 |
| PARA O LOTE 10, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 313.485,63 | | | | |

LOTE 11- MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO – VEÍCULOS PESADOS / CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS



| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA |
|---|------------|-------------------------|---|------------------------------|
| 01 | 80 | HORA | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO – VEÍCULOS PESADOS / CAMINHÕES - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | R\$ 250,73 |
| 02 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUINAS -- VEICULOS VEÍCULOS PESADOS / CAMINHÕES – FROTA MUNICIPAL (MANUT. AR CONDICIONADO) | R\$ 23.150,00 |
| 03 | 144 | HORAS | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO – VEÍCULOS PESADOS / ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | R\$ 250,73 |
| 04 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUINAS -- VEICULOS VEÍCULOS PESADOS / ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS – FROTA MUNICIPAL (MANUT. AR CONDICIONADO) | R\$ 53.933,50 |
| PARA O LOTE 11, O VALOR ESTIMADO DE PEÇAS QUE ATENDA TODAS AS MARCAS É DE R\$ 77.083,50 | | | | |

Tipo de Julgamento:



O critério de julgamento a ser utilizado será de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Para os itens cuja unidades são "peças" de cada lote, ficará valor fixo definido em tabela pela Administração.

Informamos que os valores elencados são estimados e podem ou não ser usados em sua totalidade.

Para a necessidade em questão, foram verificadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias de implementação e soluções que melhor se adequassem à necessidade da Administração Municipal.

Durante as verificações de valor estimado, observou-se que a modalidade de licitação utilizada foi o Pregão Eletrônico, por se tratar de um objeto comum e, portanto, permitir o julgamento pelo critério de menor preço por lote.

Em relação as peças, a justificativa técnica para escolha do critério utilizado deu - se em razão pela qual essa é a única medida econômica e operacional viável, aos casos em que não é possível cotar preço unitário para todas as peças que porventura possam ser necessárias para a manutenção da frota, por isso não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração, e ainda, mostra-se inviável a listagem e a previsão dos quantitativos das diversas peças abrangidas.

É importante destacar que possuímos um instrumento contratual de manutenção com fornecimento de peças para os veículos vigente com vencimento em junho de 2026, porém não há mais saldo para utilização nos lotes, e portanto faz - se necessário a abertura desse novo procedimento, visando assim a continuidade dos serviços prestados.

Ademais, foi realizado consulta as atas vigentes, onde obteve-se valores atualmente praticados, enriquecendo assim o conhecimento com as informações e valores essenciais para a futura aquisição, não havendo necessidade de alteração.

2. Fundamentação da contratação

2.1. O presente estudo tem como objetivo a contratação de prestação de serviços de manutenção corretiva, consertos e revisões em geral em veículos leves, vans e pesados da frota própria do município.

Os serviços de manutenção a serem executados pelas Contratadas nos veículos da frota objeto de cada contratação classificam-se MANUTENÇÃO MECÂNICA COM SERVIÇO DE SOLDA, MANUTENÇÃO ELÉTRICA, RETIFICA DE MOTORES, MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO, mediante fornecimento de mão de obra especializada, peças originais e/ou genuínas, ferramentas e todos os equipamentos necessários para execução dos serviços, de acordo com a necessidade da Prefeitura, pelo período de 12 (doze) meses.

O objetivo é manter em perfeito estado de conservação, todos os veículos da frota do Município, haja vista a essencialidade dos aludidos automotores para o desenvolvimento das atividades das diversas



unidades que compõem a Prefeitura Municipal de São Manuel, buscando dessa forma alcançar a otimização e pleno aproveitamento do potencial de tais veículos, promovendo assim maior rapidez e plena qualidade na execução dos serviços municipais. A presente contratação se faz necessária, também, para evitar mediante a manutenção preventiva, a quebra constante dos veículos, as quais em determinadas ocasiões colocam em risco seus condutores, ajudantes, servidores transportados, pacientes e estudantes.

3. Descrição da solução

3.1. A solução pretendida abrange o Contratação de prestadores de serviços, pessoas jurídicas para celebração da Ata de Registro de Preços para prestação de serviço em manutenção preventiva e corretiva, mão-de-obra (hora/homem) com aplicação e fornecimento de peças, componentes e acessórios bem como serviços de remoção destinados a Frota Municipal do Município. A prestação de serviços será conforme necessidade das secretarias e órgãos mencionados no objeto.

Os serviços objeto deste estudo consistem em manutenção, consertos, revisões e reposições de peças (com fornecimento das mesmas) em veículos automotores da frota própria do município, compreendendo diversos serviços de manutenção da frota, mediante o fornecimento de mão de obra especializada, peças originais e/ou genuínas, ferramentas e todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços.

Os serviços abrangerão as manutenções preventivas e/ou corretivas. Entende-se por manutenção a série de procedimentos destinados a recolocar os veículos livres de quebras e defeitos, em seu perfeito estado de uso e regular funcionamento, compreendendo as necessárias substituições de peças de desgaste natural e alocação de mão de obra necessária ao bom funcionamento do veículo, de acordo com as normas técnicas específicas para os mesmos.

Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa DETENTORADA ATA, não podendo ser sub-empregados, cedidos ou sublocados, excetuando-se aqueles referentes aos serviços de torno e solda, ou ainda, outros tecnicamente justificados, o que dependerá, em qualquer caso, de prévia anuência da PREFEITURA, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da empresa DETENTORA DA ATA pelo ônus e perfeição técnica dos mesmos.

A detentora da ata deverá dispor de instalações no perímetro urbano do Município de São Manuel para a realização dos serviços contratados. Caso a vencedora do certame não possua tal unidade para prestação dos serviços na data da realização da sessão pública, poderá providenciá-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da homologação do certame, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Ficará a cargo da empresa DETENTORA DA ATA o fornecimento de todas as peças e componentes necessários para a execução dos serviços.



A detentora da ata de registro de preços deverá possuir em sua oficina ou estabelecimento, todas as ferramentas e equipamentos básicos necessários para a execução dos serviços, ser sediada ou possuir filial no Município de São Manuel para agilidade e acompanhamento dos serviços executados, bem como dispor de funcionários treinados, devidamente preparados e qualificados, sendo de inteira responsabilidade da contratada a qualidade e garantia total dos serviços prestados.

4. Requisitos da contratação

4.1 Os serviços deverão ser executados no pátio da oficina contratada, em local coberto, limpo e fechado, sem acesso ao público externo, de modo que ofereça segurança, inclusive da contratada, visto que se trata de veículos oficiais, sendo necessário deixá-los livres da ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

4.2 Os serviços objeto deste projeto básico consistem em manutenção, consertos, revisões e reposições de peças (com fornecimento das mesmas) em geral, hidráulica, suspensão em geral, reboque, instalação de acessórios, vidraçaria em veículos automotores da frota própria do município, compreendendo todos os serviços mediante o fornecimento de mão de obra especializada, peças originais e/ou genuínas, ferramentas e todos os equipamentos necessários para a execução.

4.3 Entende-se por veículos automotores da frota própria do município, todos os veículos leves, vans, pesados, máquinas, tratores e implementos agrícolas que fazem e podem vir a fazer parte da frota.

4.4 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva compreendem serviços de mecânica geral, hidráulica, suspensão, reboque, instalação de acessórios, vidraceiro, ar-condicionado, troca de óleos lubrificantes**, substituição do kit de filtros (filtro lubrificante, filtro de ar, filtro de combustível, filtro de ar condicionado) e dentre outros.

****Em casos de troca de óleos, a CONTRATANTE fornecerá o mesmo, tendo em vista existir ata vigente do material***

****Nos casos dos veículos que necessitem da especificação da montadora devido às correias banhadas a óleo que se encontram no interior do motor, os óleos poderão ser adquiridos através da CONTRATADA, subtraindo do valor destinado à aquisição de peças, tendo em vista que na atual ATA de registro de preços vigente para aquisição de óleos lubrificantes não constam esses óleos em específico, pensando dessa forma em manter a vida útil dos motores desses veículos de acordo com o que a MONTADORA especifica. Os veículos pertencentes à frota municipal com essa necessidade específica até o momento são: FORD TRANSIT (AMBULÂNCIA) ANO 2025 MOTOR 2.0 PLACAS TJO 1C30, FORD TRANSIT (AMBULÂNCIA) ANO 2025 MOTOR 2.0 PLACAS TIO 1J95, CHEVROLET ÔNIX 1.0 ANO 2025 MOTOR 3 CILINDROS PLACAS TIO 9A86, CHEVROLET ÔNIX 1.0 ANO 2025 MOTOR 3 CILINDROS PLACAS TIX 4B38, FORD KA SEDAN ANO 2019 MOTOR 1.5 SIGMA 3 CILINDROS PLACAS BSY 6829, FORD KA SEDAN ANO 2019 MOTOR 1.5 SIGMA 3 CILINDROS PLACAS FCC 3698**



4.5 Entende-se por manutenção a série de procedimentos destinados a recolocar os veículos livres de quebras e defeitos, em seu perfeito estado de uso e regular funcionamento, compreendendo as necessárias substituições de peças de desgaste natural e alocação de mão de obra necessária ao bom funcionamento do veículo, de acordo com as normas técnicas específicas para os mesmos.

4.6 Entende-se como manutenção preventiva aquela destinada a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nos veículos, mantendo-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas, inclusive aquelas derivadas dos fabricantes. Serviços de caráter revisional programada, com ocorrência em intervalos regulares de quilometragens percorridas ou tempo de utilização, previstas no manual de manutenção dos veículos, compreendidos basicamente na substituição de componentes de vida útil pré-determinada, tais como: correias, velas, bicos injetores, pastilhas e lonas de freio, dentre outros; para garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere o seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como, prevenir a ocorrência de defeitos que possam resultar em danos nos componentes, ou mesmo na paralisação do veículo.

4.7 A manutenção corretiva compreende diagnóstico, ajustes, limpezas, lubrificações, substituições de peças, regulagens e testes do veículo quebrado, com intuito de torná-lo apto a trafegar com segurança para o motorista e terceiros. São todos os serviços e reparos necessários à correção dos defeitos ocorridos acidentalmente como: quebra de componentes, desgastes prematuros de peças, uso indevido e colisões.

4.8 A manutenção deverá ser preventivamente em ciclos determinados pela PREFEITURA, e corretivamente sempre que se fizer necessário, tendo em vista as necessidades da contratante, observando, contudo, as orientações do fabricante, e consistirá em inspeção, limpeza, regulagens e ajustes necessários para manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento, e, ainda efetuar consertos e/ ou substituição de peças.

4.9 MECÂNICA GERAL: Consiste em serviços de mecânica em motor, caixa de câmbio, carburação e/ou bomba injetora, injeção, velas e outros.

4.10 HIDRÁULICA: Consiste em serviços de substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção, bomba, bico, turbina e outros).

4.11 SUSPENSÃO: Consiste nos serviços de substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças e outros.

4.12 REBOQUE: Consiste em serviços de socorro através de veículo do tipo guincho.

4.13 INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIOS: Consiste nos serviços de instalação de qualquer acessório indispensável ao funcionamento ou segurança dos veículos.

4.14 VIDRAÇARIA: Consiste nos serviços de substituição dos vidros frontal, traseiro e lateral, borrachas dos vidros e polimento dos parabrisas, que não seja coberto pelo seguro.



4.15 AR CONDICIONADO: Consiste nos serviços de reparo do sistema de resfriamento do ar do interior do veículo.

4.16 ESCAPAMENTO: É um conjunto de tubos e silenciadores que tem como principais funções: reduzir os ruídos produzidos pelo motor, mantendo os níveis dentro da especificação da lei; conduzir os gases nocivos à saúde para longe da cabine, evitando a intoxicação dos passageiros; controlar a contrapressão dos gases, através das curvas, volumes e vazões desenvolvidas para obter o melhor rendimento do motor; auxiliar a redução de consumo de combustível. Principais componentes: coletor e admissão, tubo dianteiro ou tubo do motor, catalisador, silencioso intermediário e silencioso traseiro.

4.17 SERVIÇO EMERGENCIAL – PANES – EM CASOS DE SERVIÇOS REALIZADOS E QUEBRAS IMEDIATAS POSTERIOR AO SERVIÇO.

Panes Simples: Suspensão, alternador, motor de partida, freio, serviços eletrônicos, bomba d'água, sistema de arrefecimento, lubrificação, troca de óleo, embreagem, injeção eletrônica entre outros.

- Até 2 horas para a retirada do veículo
- Até 4 horas para elaboração do orçamento e encaminhamento à Secretaria Requisitante;
- Até 2 dias úteis para entrega dos serviços após aprovação do orçamento.

Panes complexas: Desmontagem e montagem de motores, montagem e desmontagem de caixa de câmbio, montagem e desmontagem de diferencial.

- Até 2 horas para a retirada do veículo;
- Até 2 dias úteis para elaboração do orçamento e encaminhamento à Secretaria Requisitante;
- Até 10 (dez) dias corridos após aprovação do orçamento.

Justifica-se o tempo de atendimento com prazo máximo de 2 horas, pois o veículo pode necessitar de socorro mecânico em vias de grande circulação, sendo necessário sua imediata retirada para não comprometer o fluxo de veículos na via.

4.18 Os serviços de manutenção corretiva e preventiva serão executados em todos os veículos da frota própria do Município.

4.19 FORNECIMENTO DAS PEÇAS, EQUIPAMENTOS, COMPONENTES EM GERAL, FERRAMENTAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.20 Ficará a cargo da empresa DETENTORA DA ATA o fornecimento de todas as peças e componentes necessários para a execução dos serviços.



4.21 Todos os serviços serão sempre precedidos de requisição e posterior autorização através de uma Ordem de Serviço. Antes da realização do serviço solicitado, a empresa DETENTORA DA ATA deverá emitir orçamento, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da solicitação, o qual deverá conter as seguintes informações:

- a) identificação do veículo a receber o serviço (incluindo marca, modelo, ano de fabricação e placa);
- b) descrição minuciosa dos serviços a serem executados;
- c) números de horas necessárias para execução dos trabalhos e os respectivos preços unitários e totais;
- d) relação das peças a serem substituídas e os materiais que serão utilizados na execução do serviço. A relação deverá conter a quantidade e descrição detalhada das peças (incluindo nome técnico, marca, modelo e código do fabricante) e o valor unitário e total das peças.
- e) valor total do orçamento;
- f) prazo para execução dos serviços;
- g) prazo de garantia dos serviços, sendo no mínimo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento do veículo;**
- h) dados da PREFEITURA (incluindo razão social, endereço completo e nº do CNPJ); número do orçamento; assinatura com identificação (carimbo ou similar) do responsável pelo orçamento e local e data.

4.22 O gestor e/ou fiscais da ata de registro de preços ou do contrato dela derivado, terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para aprovar o orçamento apresentado pela empresa detentora da ata de registro de preços, o qual poderá inclusive glosar horas e serviços apontados. Referido prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado por escrito e autorizado pela PREFEITURA, para os orçamentos que por questões técnicas venham necessitar de prazo maior para sua realização.

4.23 Para análise dos quantitativos estimados de tempo e eventual aprovação do orçamento, a PREFEITURA utilizará como parâmetro as tabelas constantes do **SISTEMA DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA (PLUS FROTA)**, **podendo ser consultado também os valores do mercado local**. Caso os serviços a executar não constar no sistema acima mencionado, os quantitativos de tempo para a execução serão definidos de comum acordo entre a PREFEITURA, através do gestor e/ou fiscais da ata ou contrato dela decorrente e o representante da empresa detentora da ata de registro de preços.

4.24 Para conferência dos preços obtidos na aquisição das peças a PREFEITURA irá fazer uso do **SISTEMA DE ORÇAMENTAÇÃO ELETRÔNICA (PLUS FROTA)**, e ainda em sítios eletrônicos com fontes genuínas, e se necessário pesquisa no mercado local/regional.

4.25 O valor das peças deve refletir de forma fiel os preços praticados no mercado local atual.



4.26 A AUTORIZAÇÃO para realização dos serviços está condicionada à aprovação do orçamento e recebimento da respectiva “ORDEM DE SERVIÇO”, a qual será emitida pelo servidor público designado como gestor e/ou fiscais da ata ou contrato dela decorrente.

4.27 Caso o montante de horas de serviço aprovado venha no decorrer da execução dos trabalhos demonstrar-se insuficiente, deverá a detentora da ata comunicar imediatamente ao servidor da Prefeitura designado para o cargo de gestor e/ou fiscais, os quais analisarão o pleito, emitindo se for o caso, desde que devidamente justificado, a respectiva ordem de serviço complementar.

4.28 A detentora da ata de registro deverá iniciar a execução dos serviços autorizados na “ORDEM DE SERVIÇO” no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da respectiva ordem de serviço.

4.29 Para os serviços que não dependam de peças para sua execução, a detentora da ata deverá iniciá-los no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da expedição da “ORDEM DE SERVIÇO”

4.30 O prazo máximo para execução dos serviços mecânicos em geral, será de até 05 (cinco) dias úteis, exceto casos conforme item 4.18.

4.31 O prazo anteriormente previsto, poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado por escrito, para os serviços que por questões técnicas venham necessitar de prazo maior para sua execução e autorizado pelo gestor designado.

4.32 A empresa DETENTORA DA ATA deverá possuir instalações físicas próprias com área pavimentada suficiente para atendimento da frota descrito neste Termo de Referência, sendo vedada a utilização de vias públicas para o estacionamento dos veículos.

4.33 – As peças a serem fornecidas para a execução dos serviços deverão ser comprovadamente as informadas na ordem de serviço.

4.34 - As peças substituídas serão de propriedade da Prefeitura e deverão ser devolvidas no momento da entrega do veículo.

4.35 – A detentora da ata de registro de preços deverá possuir em sua oficina ou estabelecimento, todas as ferramentas e equipamentos básicos necessários para a execução dos serviços, ser **sedada ou possuir filial no Município de São Manuel**, para agilidade e acompanhamento dos serviços executados, buscando atender ao princípio da economicidade e ao interesse público, considerando questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício, agilizando os serviços, visto que facilita o acesso aos serviços de manutenção de forma imediata, reduzindo o tempo de inatividade dos veículos da frota Municipal, além de dispor de funcionários treinados, devidamente preparados e qualificados, sendo de inteira responsabilidade da contratada a qualidade e garantia total dos serviços prestados. A EMPRESA DEVERÁ POSSUIR:



- Área protegida, murada e com monitoramento, com área pavimentada suficiente para atendimento da frota descrito neste Termo de Referência, sendo vedada a utilização de vias públicas para o estacionamento dos veículos;
- Apresentar contrato de empresa de segurança do local;
- Monitoramento eletrônico das instalações;
- Literatura técnica (catálogos de peças, manuais de serviços, etc) relativos aos veículos em questão;
- Equipamento de análise eletrônica e diagnóstico (scanner para análise e leitura das partes elétricas do veículo).
- Ferramentaria e sala de montagem e desmontagem de motores, caixa de câmbio, transmissões e diferenciais;
- Equipamentos necessários à realização dos serviços de lanternagem, eletricidade, mecânica e molejo;
- Ferramentas de sincronismo para montagem de caixas de câmbio.
- Talha guincho (manual/elétrica/hidráulica) e ponte rolante;
- Prensa hidráulica utilizada para remoção dos conjuntos de transmissão e diferencial, etc;
- Compressor de ar, sistema de canalização de ar comprimido;
- Esmerilhadeira;
- Torno carceceiro;
- Multímetro;
- Carregador de baterias 12v e 24v;
- Lavadora de peças;
- Macaco para motor;
- Lixadeira orbital;
- Aquecedor para rolamentos;
- Analisador de pressão de óleo;
- Medidor de pressão do sistema de arrefecimento;
- Medidor de compressão de cilindros;



- Medidor de pressão para sistema de injeção eletrônica;
- Equipamento para limpeza e regulagem de bicos injetores;
- Sistema de tubulação de ar comprimido;
- Prensa arrebitadeira de lona de freio e pastilhas;
- Pneumática de rodas;
- Elevadores e macacos manuais, para suspensão e realização de serviços necessários;
- Serviços de molas;
- Dispositivo para comprimir molas;
- Medidor de ponto de ebulição (freio)
- Torquímetro
- **Telefone de contato para serviços emergências em casos de panes;**

4.36 Caso a vencedora do certame não possua tal unidade para prestação dos serviços no Município de São Manuel deverá providenciá-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da homologação do certame, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

4.37 Em caso de PANE, onde o veículo não tenha condições de transitar em vias públicas, será de inteira responsabilidade da DETENTORA DA ATA, o transporte ou locomoção do(s) veículo(s) até a sua oficina ou estabelecimento, arcando com todas as despesas do guincho, independentemente do local e/ou município em que se encontre o veículo danificado.

4.38 - Os veículos para as manutenções e reparos serão levados até a oficina da DETENTORA DA ATA, em dias úteis e no horário de funcionamento da oficina, salvo razões emergenciais e de interesse público devidamente motivado e justificado.

4.39 - Será de inteira responsabilidade da empresa detentora da ata, a manutenção das ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços, os quais deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção, obrigando-se a mesma a substituir aqueles que não atenderem estas exigências.

4.40 – Fica proibida qualquer alteração nas características originais dos veículos, a não ser em casos especiais, quando deverá haver autorização prévia do gestor e/ou fiscais dessa Prefeitura.

4.41 – Estará incluso na execução dos serviços, o fornecimento de todos as ferramentas, equipamentos básicos e materiais de consumo em geral, tais como: solventes, fitas isolantes, materiais de limpeza, adesivos, entre outros.



4.42 – Os veículos entregues para a execução de serviços e/ou reposição de peças, ficarão sob total responsabilidade da DETENTORA DA ATA, até que seja efetivada a devolução, sendo que a DETENTORA DA ATA, responderá pelo ressarcimento de quaisquer despesas que vierem a ocorrer, bem como por qualquer multa ou infração de trânsito no período em que o veículo estiver sob a sua guarda, devendo para tanto, ao receber o veículo, certificar-se do seu estado real, inclusive no que concerne à parte de acessórios obrigatórios, quais sejam: pneus/roda sobressalente, triângulo, extintor de incêndio, chave de roda, macaco, ferramental e outros objetos listados por ocasião da entrega.

4.43 - Os serviços e peças constantes do presente termo de referência referem-se especialmente, as peças novas e sem uso, genuínas e /ou originais e prestação de serviços de mecânica em geral, serviços em bomba injetora, serviços de câmbio, serviços em diferencial, serviços em cardam, serviços de suspensão, serviços elétricos/eletrônicos, serviços no sistema de freios, serviços em direção e outros correlatos, no que couber na especificidade de cada veículo.

4.44 - A empresa DETENTORA DA ATA deverá manter espaço físico coberto para guarda dos veículos dentro da oficina, com garantia de segurança, não permitindo que nenhum veículo permaneça fora deste espaço, sob qualquer hipótese ou pretexto.

4.45 - Não será permitido o acréscimo nos valores de serviços ou peças/componentes ao orçamento já aprovado pela PREFEITURA. A empresa DETENTORA DA ATA não poderá, em hipótese alguma, executar qualquer serviço e/ou substituir peças/componentes que não constem no orçamento aprovado.

4.46. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.47 - O prazo de garantia deverá ser de no mínimo:

- **90 (noventa) dias** para os serviços prestados;
- **06 (seis) meses** para as peças aplicadas e;
- **12 (doze) meses** para baterias e motores de veículos.

A contar da emissão da nota fiscal, salvo casos comprovados de mau uso ou abuso na operação. Caso não haja a expressa determinação do prazo mínimo de garantia, tacitamente a Fornecedora estará aceitando o prazo mínimo estipulado neste item.

No caso de **conjuntos fechados** (caixa de câmbio, motor, diferencial, motor de partida, bomba injetora e da direção hidráulica, etc.) a garantia deverá ser de no mínimo **90 (noventa) dias**.

As peças e serviços deverão ser fornecidas em compatibilidade com o edital e seus anexos, obedecendo as normas e padrões de qualidade e segurança a que se estiverem sujeitos, a fim de atender eficazmente as finalidades que dele se espera, seguindo as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.



Independentemente das especificações, os produtos ou serviços a serem adquiridos pelo Município deverão ser de ótima qualidade, universalmente reconhecido.

Todas as peças são concebidas com base em uma norma técnica, que define as características mínimas de seguranças que um componente deve apresentar para ser utilizado, independente da categoria em que ela se enquadre.

4.48 Prestar garantia integral, para todos os serviços e materiais ofertados, incluindo qualquer tipo de defeito e/ou falha, comportando “suporte técnico”, conserto (serviços técnicos de manutenção corretiva), com ou sem substituição de materiais e em perfeitas condições de uso, nos seguintes termos:

I. O atendimento para prestação da garantia técnica integral iniciará com uma solicitação feita pelo fiscal de contrato da Prefeitura Municipal de São Manuel/SP, através de e-mail, com pronta confirmação obrigatória pela Fornecedora.

II. No caso de os serviços executados não estarem dentro das normas, terão que ser refeitos com prévia comunicação e autorização da Contratante, e o serviço refeito deverá respeitar integralmente, no mínimo, as características técnicas e operacionais do substituído, devendo, tal ato, ser devidamente documentado pela Fornecedora, com cópia à Contratante.

III. A garantia deverá ser estendida a todas as peças danificadas em virtude de serviços incorretos ou uso de peças com defeito.

IV. Custos relativos a estadias e gastos com alimentação de técnicos da Fornecedora, bem como o transporte de equipamentos ou materiais (necessários à garantia), serão de responsabilidade da mesma, não cabendo nenhum ônus à Contratante.

V. O técnico da Fornecedora, quando da prestação da garantia deverá estar devidamente identificado por crachá, devendo manter comportamento adequado à boa ordem e às normas disciplinares da Contratante. VI. Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Fornecedora será comunicada e deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para o Município.

4.49 DAS SUBCONTRATAÇÕES

4.50 Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa DETENTORA DA ATA, não podendo ser subempreitados, cedidos ou sublocados, **excetuando-se** aqueles referentes aos serviços de torno e solda, ou ainda, outros tecnicamente justificados, o que dependerá, em qualquer caso, de prévia anuência da PREFEITURA, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da empresa DETENTORA DA ATA pelo ônus e perfeição técnica dos mesmos.



4.51 Para proceder a subcontratação, a empresa deverá informar o serviço a ser subcontratado, qualificação da empresa subcontratada e submeter essas informações ao gestor e/ou fiscais do contrato para autorizar ou não a subcontratação dos serviços.

4.52 - Poderão ser subcontratados serviços de torno, ar condicionado (carga de gás, higienização e limpeza), funilaria e pintura, guincho, tapeçaria, vidraçaria, elétrica e serviços de alinhamento e balanceamento de veículos leves, vans e veículos pesados.

4.53 É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

4.54 A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a PREFEITURA quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

4.55 DEMAIS CONDIÇÕES EXIGIDAS

4.56- A empresa participante do presente certame deverá ter suas instalações no Município de São Manuel, e ainda, possuir identificação da atividade exercida devendo comprovar por meio da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); visando atender os princípios da economicidade e da eficiência administrativa, além de permitir melhor acompanhamento dos serviços, realização de serviços urgentes e redução dos custos de deslocamentos.

4.57- Constitui encargo da Contratada na manutenção corretiva, quando necessário, a remoção do veículo até sua oficina e a devolução na sede da Contratante, ou onde for indicada, sem qualquer ônus, durante a validade da ata e garantia, dentro da área do respectivo raio.

4.58 O servidor **Responsável Designado (fiscais) ou Gestor do Contrato da Prefeitura Municipal de São Manuel** terá livre acesso à oficina do licitante vencedor para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução ou dos serviços para elaborar o orçamento.

Obrigações da contratada

4.59 Cumprir todas as obrigações contidas no Edital, seus Anexos e sua Proposta Comercial, assumindo, exclusivamente, como seus os riscos, os ônus e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratado, e ainda:

4.60. efetuar a entrega/fornecimento do objeto em questão em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local /locais, segundo o Edital e seus Anexos, acompanhado, quando couber, da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações/informações referentes a: marca, fabricante, modelo, e prazo de garantia; .

4.61 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido/contratado, de acordo com os artigos 12, 13 e de 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;



4.62 substituir, reparar ou corrigir, às suas próprias expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto do qual ele trata em que forem identificadas/verificadas avarias, falhas ou defeitos;

4.63 manter, durante toda a vigência da pertinente Ata de Registro de Preços ou instrumento congênere de contratação, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame de licitação;

4.64 indicar preposto para representá-la durante a vigência da pertinente Ata de Registro de Preços ou instrumento congênere de contratação relativo ao objeto de que trata este Termo de Referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.65 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

5. Modelo de execução do objeto

DO PROCEDIMENTO E CÁLCULO PARA CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO PELOS SERVIÇOS EM HORAS

5.1. O Prazo para execução dos serviços é de 12 meses. Por se tratar de serviço essencial e de grande vulto

5.2. O PAGAMENTO deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após liquidação da Nota Fiscal, sendo imperiosa intervenção para manter as vias públicas em perfeitas condições de uso e conservação.

5.3. A detentora da ata de registro deverá iniciar a execução dos serviços autorizados na “ORDEM DE SERVIÇO” no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da respectiva ordem de serviço.

5.4 Para os serviços que não dependam de peças para sua execução, a detentora da ata deverá iniciá-los no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da expedição da “ORDEM DE SERVIÇO”

5.5 Com o preenchimento da Solicitação de Atendimento – SAT (Doc. II), e a aprovação do Plano de Serviço com o orçamento (Doc. III), inicia-se o procedimento de contratação, com apuração/conferência do número de horas para cada serviço junto a Tabela de Tempo de Execução de Trabalho, obedecidas todas as fases de processamento da despesa.

5.6 Para quantificação de horas e preços dos serviços, será utilizada TABELA PARA CONVERSÃO DA HORA SEXAGESIMAL EM HORA CENTESIMAL (Doc. I), convertendo minutos em centésimos de hora para fins de apuração do preço e pagamento mediante a efetiva prestação de serviços, em algarismo, com no máximo 02 (duas) casas decimais, utilizando as regras matemáticas de arredondamento universalmente



aceitas, que admitem que “algarismos decimais menores que 5 (cinco) não modificam o algarismo anterior, enquanto que algarismos decimais iguais ou superiores a 5 (cinco) modificam, incrementando-se ao algarismo anterior uma unidade (norma da ABNT NBR 5891).”

DA CONVERSÃO

5.7 Quando for necessário efetuar cálculos com minutos é preciso converter o padrão de horas sexagesimal para o centesimal, pois não é possível realizar operações matemáticas utilizando a nomenclatura de horas e minutos.

5.8 O uso da TABELA DE CONVERSÃO DE HORA SEXAGESIMAL PARA CENTESIMAL (Doc. I) é indispensável para realização da conversão dos minutos, uma vez que para pagamento a hora inteira equivale ao 1 (um) inteiro de centésimo.

Exemplo 1 (Hora inteira): Considerando que o preço da hora é R\$ 100,00 (cem reais) e que levará 4h00min para execução do serviço segundo a tabela de tempo padrão, assim ficaria o preço total do serviço a ser prestado:

Nº DE HORAS X VALOR/HORA = TOTAL A PAGAR

4 X 100,00 = R\$400,00

Exemplo 2 (Minutos): Considerando que o preço da hora é R\$ 100,00 (cem reais) e que levará 4h35min. (segundo a tabela de tempo de execução do trabalho) para execução do serviço, como calcular? Para efetuar o cálculo utilizando os minutos, será necessário convertê-los (padrão sexagesimal) para centesimal. Assim ficaria o valor total do serviço a ser prestado:

Passo 1: Converter os minutos (padrão sexagesimal) para centesimal, dividir os minutos sexagesimal por 60:

MINUTOS / 60 = MINUTOS CENTESIMAL

35min. / 60 min. = 0,58

Logo 35min corresponde no formato centesimal 0,58.

Passo 2: Somar horas com os minutos convertidos em centesimal:

HORAS + MINUTOS CENTESIMAL = HORA CENTESIMAL

4 + 0,58 = 4,58

Logo 04h35min(SEXAGESIMAL) corresponde no formato CENTESIMAL a 4,58.

Passo 3: Multiplicar a hora centesimal pelo valor da Hora.



HORA CENTESIMAL X HORA = TOTAL A PAGAR

4,58 X 100,00 = R\$458,00

Logo R\$ 458,00 é o valor a ser contratado e pago pelo serviço a ser prestado.

TABELA DE CONVERSÃO DE HORA SEXAGESIMAL PARA CENTESIMAL

| HORA SEXAGESIMAL (MINUTOS) | HORA CENTESIMAL (MINUTOS) | HORA SEXAGESIMAL (MINUTOS) | HORA CENTESIMAL (MINUTOS) |
|-------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|
| 0,01' | 0,02 | 0,31' | 0,52 |
| 0,02' | 0,03 | 0,32' | 0,53 |
| 0,03' | 0,05 | 0,33' | 0,55 |
| 0,04' | 0,07 | | |
| 0,05' | 0,08 | | |
| 0,06' | 0,10 | | |
| 0,07' | 0,12 | | |
| 0,08' | 0,13 | | |
| 0,09' | 0,15 | | |
| 0,10' | 0,17 | | |



| | | | |
|-------|------|-------|------|
| 0,11' | 0,18 | | |
| 0,12' | 0,20 | | |
| 0,13' | 0,22 | | |
| 0,14' | 0,23 | | |
| 0,15' | 0,25 | | |
| 0,16' | 0,27 | 0,34' | 0,57 |
| 0,17' | 0,28 | 0,35' | 0,58 |
| 0,18' | 0,30 | 0,36' | 0,60 |
| 0,19' | 0,32 | 0,37' | 0,62 |
| 0,20' | 0,33 | 0,38' | 0,63 |
| 0,21' | 0,35 | 0,39' | 0,65 |
| 0,22' | 0,37 | 0,40' | 0,67 |
| 0,23' | 0,38 | 0,41' | 0,68 |
| 0,24' | 0,40 | 0,42' | 0,70 |
| 0,25' | 0,42 | 0,43' | 0,72 |
| 0,26' | 0,43 | 0,44' | 0,73 |
| 0,27' | 0,45 | 0,57' | 0,95 |



| | | | | |
|-------|------|--|-------|------|
| 0,28' | 0,47 | | 0,58' | 0,97 |
| 0,29' | 0,48 | | 0,59' | 0,98 |
| 0,30' | 0,50 | | 0,60' | 1,00 |

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO CONFORME DECRETO Nº 4140 DE 12 DE JANEIRO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL

Art. 2.º Os gestores e fiscais de contratos, e os respectivos substitutos quando houver, serão representantes das Diretorias demandantes ou que iniciou o processo licitatório, designados pelo Prefeito ou pelo ordenador da despesa.

§ 1º: Cabe aos gestores acompanharem a execução do contrato e aos fiscais promover o fiel acompanhamento e fiscalização dos contratos no campo administrativo, operacional e setorial, conforme o caso.

§ 2º. A Seção de Contratos, ao analisar o processo de contratação, obrigatoriamente notificará a autoridade prevista no caput da ausência da indicação do(s) fiscal(is), caso esta não tenha indicado no envio do Documento de Formalização de Demanda, acompanhado do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso.

Art. 3.º Os fiscais de contratos poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros componentes do quadro da própria Administração Pública Municipal ou por esta contratado.

Art. 4.º Não serão designados agentes públicos para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, em observância ao princípio da segregação de funções, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação, salvo quando da impossibilidade fática, situação em que os órgãos de controle de primeira e segunda linha serão mais analíticos.

Art. 5.º As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato competem ao gestor do contrato, auxiliado pela fiscalização técnica e administrativa dos fiscais, de acordo com as seguintes disposições:

I- Gestão da execução do contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros;



II - Fiscalização técnica: é o acompanhamento do contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, podendo ser auxiliado pela fiscalização administrativa;

III - Fiscalização administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos especialmente dos contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

§ 1º Para o exercício da função, o gestor e o fiscal de contratos deverão ser formalmente cientificados da indicação e das respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.

§ 2º Na designação de que trata o § 1º deste art., serão considerados:

I - A compatibilidade com as atribuições do cargo;

II – A complexidade da fiscalização;

III – O quantitativo de contratos por agente público;

IV – A capacidade para o desempenho das atividades;

§ 3º A eventual necessidade de desenvolvimento de competências de agentes públicos para fins de fiscalização e de gestão contratual deverá ser demonstrada no estudo técnico preliminar e deverá ser sanada, conforme o caso, previamente à celebração do contrato, conforme o disposto no inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº14.133, de 2021.

Art. 6.º Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I- Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e, administrativa do contrato;

II- Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

III - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando formalmente, se for o caso, a autoridade superior, aquelas que ultrapassarem a sua competência;

IV - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo anotar nos autos do processo correspondente eventuais problemas que



obstarem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa, sem prejuízo dos órgãos de contabilidade analítica;

V - Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

VI - Coordenar quando necessário os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente à formalização dos procedimentos e sua atribuição;

VII - Cumprir prazos informados pela Seção de Contratos, para iniciar procedimentos relativos às prorrogações de contratos, alterações, justificativas de sua manutenção e novas licitações.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1 Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os o poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



7.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

7.7 A licitante vencedora apresentará à Prefeitura Municipal de São Manuel a nota fiscal/fatura.

7.8 A Prefeitura Municipal de São Manuel providenciará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega efetiva de cada parcela, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelos servidores responsáveis, mediante depósito(s) em conta corrente em nome da CONTRATADA, a ser informada no momento da assinatura do Contrato em formulário próprio (preferencialmente Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal).

7.9 Obrigatoriamente deverá ser emitida apenas 01 (uma) Nota Fiscal para cada pedido de compra, em caso de dúvida, entre em contato com a diretoria solicitante e/ou gestor do contrato.

7.10 A nota fiscal/fatura não aprovada pela Prefeitura será devolvida ao licitante vencedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se novo prazo a partir da data de sua reapresentação

7.11 A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de São Manuel em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda a execução dos serviços.

Forma de pagamento

7.12 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor



Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR POR LOTE.

Do Parcelamento do Obejeto

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme Autorização de Fornecimento - AF

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos apresentados no edital.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): R\$5.108.708,99

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 5.108.708,99 (cinco milhões, cento e oito mil, setecentos e oito reais, e noventa e nove centavos), conforme custos unitários expostos no mapa de preços.

Detalhamento da contratação:

Valor estimado para aquisição das peças é de R\$ 3.161.292,39 (três milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e noventa e dois reais, e trinta e nove centavos)

Valor estimado dos serviços de manutenção é de R\$ R\$ 1.947.416,60 (um milhão, novecentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais, e sessenta centavos), totalizando assim, valor total da CONTRATAÇÃO.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de São Manuel.



DOC II E DOC III

SAT - SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO

| Tipo de Manutenção | Tipo de Serviço |
|--------------------|-----------------|
| () Preventiva | () Mecânico |
| () Corretiva | () Elétrico |

| Identificação do Veículo | | |
|--------------------------|------------|------|
| Modelo: | Marca: | |
| Placa: | N.º Frota: | Ano: |
| Setor: | | |

| Identificação do Fornecedor | |
|-----------------------------|--------------|
| Cód. Fornecedor | Razão Social |
| | |

| | | | |
|-------------|--|----------------------|--|
| Pregão n.º: | | Ata de Registro n.º: | |
| Validade: | | Lote: | |



Apresentação da SAT ao Fornecedor:

Data:

Hora da entrega do veículo:

Atendente:

Descrição da demanda imediata:

Descrever aqui o fato ou situação que motiva a solicitação. Continuar no verso se necessário

Identificação do solicitante da SAT e do Representante do Fornecedor

Emitente da SAT:

Representante do Fornecedor: Declaro que recebi o veículo e a SAT conforme acima discriminado.

Carimbar ou identificação por extenso, datar e assinar)

(Carimbar ou identificação por extenso, datar e assinar)

**Avaliação fundamentada do atendimento quanto ao estado do veículo no recebimento
de referência)**

(conforme sub item 4.6 do termo

Apresentou Plano de Serviço (Doc. III)
com orçamento:

Observações: descrever aqui a avaliação fundamentada quanto ao estado do veículo no
recebimento (conforme subitem 7.6 do termo de referência)

() Sim () Não



ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 90033/2026

Processo Administrativo n.º 681/2026

1. Identificação do concorrente:

Fornecedor : _____

Endereço : _____

Cidade : _____ Estado : _____

Bairro : _____ CEP : _____

Telefone : _____ e-mail : _____

CNPJ/CPF: _____ Insc. Est.: _____ Insc. Mun. _____

2. OBJETO: Registro de preços para possíveis contratações de empresas especializadas para prestação de serviços mecânicos com serviço de solda, elétricos de manutenção preventiva e corretiva nos veículos automotores leves, vans, pesados, maquinários e implementos agrícolas da frota do Município de São Manuel – SP, com o fornecimento de peças automotivas originais e/ou genuínas, ferramentas e todos os equipamentos necessários para execução dos serviços.

| LOTE 01 - MANUTENÇÃO MECÂNICA - VEÍCULOS LEVES E VANS | | | | | |
|---|------------|-------------------------|--|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 1050 | HORAS | MANUTENÇÃO MECANICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA LEVE, VANS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | | |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS LEVES, VANS E MOTOCICLETAS (MECANICA) | | |



| | | | | | |
|---------------------|-----|-------|--|--|--|
| 03 | 360 | HORAS | MANUTENÇÃO/SOLDA EM VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL/ LEVES/ PESADOS/ MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

| LOTE 02 - MANUTENÇÃO ELÉTRICA - VEICULOS LEVES E VANS | | | | | |
|---|------------|-------------------------|---|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 679,15 | HORAS | MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA LEVES, VANS E MOTOCICLETAS DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | | |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS LEVES, VANS E MOTOCICLETAS (ELÉTRICA) | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

| LOTE 03 - MECÂNICA VEICULOS PESADOS /CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS | | | | | |
|---|------------|-------------------------|---|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 510 | HORAS | MANUTENÇÃO MECANICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA PESADA / CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | | |



| | | | | | |
|----------------------------|-----|-------|--|--|--|
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS PESADOS – CAMINHÕES (MECANICA) | | |
| 03 | 500 | HORAS | Manutenção mecânica em geral em veículos linha pesados /ônibus e micro - ônibus da frota municipal, com aplicação de peças MARCAS/ CONFORME EDITAL | | |
| 04 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS PESADOS – ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS (MECANICA) | | |
| 05 | 100 | HORAS | MANUTENÇÃO/SOLDA EM VEICULOS LINHA PESADOS /CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

| LOTE 04 - MANUTENÇÃO ELÉTRICA VEICULOS PESADOS /CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS | | | | | |
|---|------------|-------------------------|---|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 840 | HORAS | MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA PESADA / CAMINHÕES DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | | |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEICULOS PESADOS – CAMINHÕES (MECANICA) | | |
| 03 | 420 | HORAS | Manutenção elétrica em geral em veículos linha pesados /ônibus e | | |



| | | | | | |
|----------------------------|---|------|--|--|--|
| | | | micro - ônibus da frota municipal, com aplicação de peças MARCAS/ CONFORME EDITAL | | |
| 04 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUÍNAS – VEÍCULOS PESADOS – ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS (ELÉTRICA) | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

| LOTE 05 - MANUTENÇÃO MECÂNICA MAQUINAS/TRATORES | | | | | |
|---|------------|-------------------------|---|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 927 | HORAS | MANUTENÇÃO MECANICA EM GERAL EM VEÍCULOS LINHA MAQUINAS /TRATORES DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | | |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUÍNAS – MÁQUINAS /TRATORES (MECANICA) | | |
| 03 | 80 | HORAS | MANUTENÇÃO /SOLDA EM VEÍCULOS LINHA P E S A D O S /MAQUINAS/ TRATORES DA F R O T A MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

LOTE 06 - MANUTENÇÃO MECÂNICA MAQUINAS/TRATORES



| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|----------------------------|------------|-------------------------|---|----------------|-------------|
| 01 | 535 | HORAS | MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA MÁQUINAS E TRATORES DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS/ CONFORME EDITAL | | |
| 02 | 1 | LOTE | PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUÍNAS – VEICULOS LINHA MÁQUINAS E TRATORES (ELÉTRICA) | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

| LOTE 07 - MANUTENÇÃO MECANICA IMPLEMENTOS AGRICOLAS | | | | | |
|--|------------|-------------------------|---|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 280 | HORAS | MANUTENÇÃO MECANICA EM GERAL EM VEICULOS LINHA IMPLEMENTOS AGRICOLAS DA FROTA MUNICIPAL - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | | |
| 02 | 1 | HORA | PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUÍNAS – IMPLEMENTOS AGRICOLAS (MECANICA) | | |
| 03 | 100 | HORA | MANUTENÇÃO /SOLDA EM VEICULOS LINHA IMPLEMENTOS AGRICOLAS TRATORES DA FROTA MUNICIPAL - C O M APLICAÇÃO DE PEÇAS | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |



| LOTE 08 - RETIFICA DE MOTORES EM VEÍCULOS LEVES | | | | | |
|---|------------|-------------------------|--|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 646 | HORAS | SERVIÇO DE RETIFICA DE MOTORES /USINAGEM/ RETIFICA DE CABEÇOTE /VIRABREQUIM /EMBUCHAMENTO, E OUTROS SERVIÇOS COMPETENTES / VEICULOS DA LINHA LEVE /VANS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | | |
| 02 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS - VEICULOS LEVES E VANS - FROTA MUNICIPAL (RETIFICA DE MOTORES) | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

| LOTE 09 - RETIFICA DE MOTORES EM VEICULOS PESADOS / CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS | | | | | |
|--|------------|-------------------------|--|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 140 | HORAS | SERVIÇO DE RETIFICA DE MOTORES /USINAGEM/ RETIFICA DE CABEÇOTE /VIRABREQUIM /EMBUCHAMENTO, E OUTROS SERVIÇOS COMPETENTES / VEICULOS DA LINHA PESADA \ CAMINHÕES - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | | |



| | | | | | |
|----------------------------|-----|-------|--|--|--|
| 02 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS - LINHA PESADA \ CAMINHÕES – FROTA MUNICIPAL (RETIFICA DE MOTORES) | | |
| 03 | 220 | HORAS | SERVIÇO DE RETIFICA DE MOTORES /USINAGEM/ RETIFICA DE CABEÇOTE /VIRABREQUIM /EMBUCHAMENTO, E OUTROS SERVIÇOS COMPETENTES / VEICULOS DA LINHA PESADA \ ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | | |
| 04 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS - LINHA PESADA \ ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS – FROTA MUNICIPAL (RETIFICA DE MOTORES) | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

LOTE 10 - MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO – VEÍCULOS LEVES

| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|------------|-------------------------|---|----------------|-------------|
| 01 | 327 | HORAS | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO – VEÍCULOS LEVES/VANS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | | |
| 02 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E/OU GENUINAS -- VEICULOS DA LINHA | | |



| | | | | | |
|---------------------|--|--|--|--|--|
| | | | LEVE /VANS – FROTA MUNICIPAL (MANUT. AR CONDICIONADO) | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

| LOTE 11- MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO – VEÍCULOS PESADOS / CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS | | | | | |
|---|------------|-------------------------|--|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE DE FORNECIMENTO | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 80 | HORA | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO – VEÍCULOS PESADOS / CAMINHÕES - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | | |
| 02 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUINAS -- VEICULOS VEÍCULOS PESADOS / CAMINHÕES – FROTA MUNICIPAL (MANUT. AR CONDICIONADO) | | |
| 03 | 144 | HORAS | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE AR CONDICIONADO AUTOMOTIVO – VEÍCULOS PESADOS / ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS - COM APLICAÇÃO DE PEÇAS MARCAS / CONFORME EDITAL | | |
| 04 | 1 | LOTE | ITENS E/OU PEÇAS ORIGINAIS E /OU GENUINAS -- VEICULOS VEÍCULOS PESADOS / ÔNIBUS E MICRO - ÔNIBUS – FROTA | | |



| | | | | | |
|---------------------|--|--|--------------------------------------|--|--|
| | | | MUNICIPAL (MANUT. AR CONDICIONADO | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | | | |

3. Prazo de validade da proposta: A presente proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

4. Forma de pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega efetiva de cada parcela, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelos servidores responsáveis.

5. Apresentação da proposta: Observação: A proposta deverá ser apresentada digitada, datada, rubricada e devidamente assinada pelo representante legal ou formalmente constituído para tal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

(Local e data).

Nome e assinatura

Número do Documento de identidade

Número do C.P.F.

Cargo

OBS.: A proposta deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do C.N.P.J.



ANEXO III

DECLARAÇÃO GERAL

Pregão Eletrônico nº 90033/2026

Processo Administrativo nº 681/2026

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ **DECLARA:**

1. que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
2. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
3. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
5. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;



8. que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9. que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;

10. o e-mail: _____, como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações, notificações, envio do termo de contrato/ata de registro de preços, e pedidos de compra.

11. os dados do representante legal da licitante que deverão constar no contrato para formalização são:

Nome : _____, CPF: _____, RG: _____,

Cargo: _____.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), _____ de _____ de 2026

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



ANEXO IV

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº XXXXX/20XX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 46.634.523/0001-90, devidamente representado por XXXXXXXXXX(cargo) XXXXXXXX(nome), brasileiro(a), portador(a) do RG nº XXXXXXXX XXX/XX, inscrito(a) no CPF/MF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., Processo Administrativo n.º 681/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir::

CLÁUSULA PRIMEIRA: - DO OBJETO

1. A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para XXXXXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA: – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Termo será de XXX (XXX) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

CLÁUSULA TERCEIRA: – DOS PREÇOS

3.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada LOTE, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | | |
|---|------------|---------|-----------|----------------|-------------|
| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| | | | | | |

CLÁUSULA QUARTA: – DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DA LICITAÇÃO

4.1. Todas os prazos, condições para prestação de serviços estão previstas no Termo de Referência ao qual segue como anexo a esta Ata de Registro, denominado como Anexo I.

4.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.



CLÁUSULA QUINTA: –DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta.

CLÁUSULA SEXTA: –DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A contratação com os fornecedores registrados na presente ata será formalizada pelo Município de São Manuel por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Será incluído na presente ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.2.1. Aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.2.2. Mantiveram sua proposta original.

6.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata da sessão do pregão eletrônico.

6.4. Para fins da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.4.1. Quando não houver licitante(s) apto(s) ao cadastro reserva, a Administração poderá convocar (o)s demais licitante(s), respeitada a ordem de classificação, para contratação nas mesmas condições do adjudicatário.

6.5. O registro a que se refere o item 6.2. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da presente ata.

6.6. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.8. A presente ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, através do sistema próprio de assinaturas da Prefeitura de São Manuel, que ocorrerá por meio link encaminhado ao e-mail indicado na proposta comercial dos fornecedores apresentada na sessão do pregão eletrônico.

6.9. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.6 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, ou na forma do item 6.4.1., para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SETIMA: – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração poderá convocar o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2. Na hipótese prevista no item anterior, a Administração convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, ou na forma do item 6.4.1., para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a Administração procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.3. Na hipótese dos itens 7.1.1 ou 7.1.2, será facultado ao fornecedor requerer ao Gestor(es) da Ata de Registro a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará ao Gestor(es) da Ata de Registro, o pedido de alteração, juntamente com a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, a Administração convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.6, ou na forma do item 6.4.1.

7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a Administração procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.3.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.3 e no item 7.3.1, a Administração poderá atualizar o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA OITAVA: – DAS CONDIÇÕES DO OBJETO

8.1. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações deste edital.

8.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Administração poderá:

8.2.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

8.3. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, após verificação do atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.



CLÁUSULA NONA: – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. A Contratada apresentará à Prefeitura Municipal de São Manuel a nota fiscal/fatura.

9.2. A nota fiscal/fatura não aprovada pela Prefeitura será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se novo prazo a partir da data de sua reapresentação.

9.3. A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de São Manuel em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda a execução do objeto desta licitação.

9.4. A Prefeitura Municipal de São Manuel providenciará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega efetiva de cada parcela, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelos servidores responsáveis, mediante depósito(s) em conta corrente em nome da CONTRATADA, a ser informada no momento da assinatura do Contrato em formulário próprio (preferencialmente Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal).

9.5. Obrigatoriamente deverá ser emitida apenas 01 (uma) Nota Fiscal para cada pedido de compra, em caso de dúvida, entre em contato com a Secretaria solicitante e/ou gestor do contrato.

9.6. O **CONTRATANTE** fará as retenções caso seja aplicável, os valores correspondentes às obrigações previdenciárias, tributárias e fiscais, conforme o caso, de acordo com a legislação que disciplina a matéria, sendo que, as guias dos valores retidos serão devidamente recolhidas e encaminhadas suas cópias reprográficas à **CONTRATADA**.

9.7. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

9.8. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal do acumulado de 12 meses do índice de IPCA, sendo considerado sempre o último índice divulgado, capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.8.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM= Encargos Moratórios devidos;

N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e o do efetivo pagamento;

I= Índice de compensação financeira (IPCA acumulado no período);

VP= Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA: – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS PELO FORNECEDOR

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pela Administração, quando o fornecedor:

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não prestar os serviços no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a Administração poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por Termo de Cancelamento de item, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, ou na forma do item 6.4.1.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Administração, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: – DAS MULTAS E PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;

b) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou instrumento equivalente;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao fornecedor que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:



- a. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- b. Moratória de 0,07 % (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c. O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover o cancelamento total da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- d. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 30% do valor da Ata de Registro de Preços.
- e. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 30% do valor da Ata de Registro de Preços.
- f. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 20% do valor da Ata de Registro de Preços.
- g. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% do valor da Ata de Registro de Preços.
- h. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 15% do valor da Ata de Registro de Preços.
- 11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Administração (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.4.** Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



11.11. A personalidade jurídica do fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. A Administração deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do fornecedor para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o fornecedor possua com o mesmo órgão ora Administração, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: – DO SUPORTE LEGAL

12.1. A presente Ata de Registro de Preços é regulamentado pelos dispositivos legais aplicáveis a matéria em destaque, em especial o disposto na Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, Decreto Federal 11462/2023 e Decreto Municipal 4139/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

13.1. As partes deverão observar as disposições da **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações**, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento desta Ata de Registro de Preços, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Os serviços serão efetuados mediante expedição de pedido de fornecimento pelo departamento responsável, do qual constarão a data de expedição, especificações dos serviços, quantitativos, prazo, local de entrega e preço unitário e total, que substituirá o Termo de Contrato.

14.2. Os serviços serão prestados nos prazos estipulados no Termo de Referência (Anexo I da presente Ata de Registro de Preços) contados da data e horário de sua solicitação pelo departamento responsável, em local(is) a ser(em) definido(s) pela Administração.

14.3. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua detentora, fica obrigada a prestar os serviços, nas quantidades indicadas pelo departamento responsável, em cada pedido de fornecimento, independente de valor mínimo de faturamento.

14.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

14.5. Integra a presente Ata para todos os fins o Edital e seus anexos, a proposta da contratada, bem como a Ata da Sessão do Pregão.



Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata de Registro de Preços.

E assim, por estarem às partes cientes e de pleno acordo, foi lavrada a presente ata de registro pelo(a) funcionário(a) XXXXX, matrícula XXXX, que lido e achado conforme vai pelas Partes assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Manuel, ____ de _____ de 20XX.

MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX

XXXXXXX
FORNECEDOR
XXXXXXX
Representante Legal

Ciente: XXXXXXX
Gestor do Contrato

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:

2. _____
Nome:
RG:



TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL

PROCESSO LICITATORIO Nº XXXX/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/202X

GESTOR DA ATA DE REGISTRO: XXXXX

RESPONSÁVEL PELO ATO: XXXXX

FORNECEDOR: XXXXXXXX

OBJETO: Tem por objeto o Registro de Preços para XXXXXXXX.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

1. O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
2. Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
3. Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
4. As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
5. É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Manuel, ____ de _____ de 20xxxx.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

INTERESSADO:



MUNICÍPIO DE
SÃO MANUEL



**SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO**
SETOR DE LICITAÇÕES

Nome:

Cargo:

CPF:

FORNECEDOR:

Nome: xxxxxx

Cargo: xxxxxxxx

CPF: xxxxxx

ORDENADOR DE DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

GESTOR DA ATA DE REGISTRO:

Nome: xxxx

Cargo: xxxxxx

CPF: xxxxxx



DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL

CNPJ Nº:

FORNECEDOR: XXXXXXXX

CNPJ Nº: XXXXXX

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: XXXXX/20XX

VIGÊNCIA: XXX (XXX) meses, contados da sua eficácia.

OBJETO: Tem por objeto a XXXXXXXX.

VALOR: R\$ XXXXXXXXX

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

São Manuel, ____ de XXXXXXX de 20XX.

XXXXXXX

XXXXXXX

Email: XXXXXXXX